



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011413-51.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Adicional por Tempo de Serviço**
 Requerente: **Dulce Aparecida Perroni Matias**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação ajuizada por **Dulce Aparecida Peroni Matias** contra a **Fazenda do Estado de São Paulo** e a **São Paulo Previdência – SPPREV**, alegando, em síntese, que o adicional por tempo de serviço, denominado quinquênio, vem sendo calculado de forma errada, visto que não computa o prêmio de incentivo. Assim, visa o reconhecimento do direito de ser corrigido o cálculo, incluindo-se o valor referente ao Prêmio Incentivo, aduzindo que tal gratificação é paga com efetividade e permanência, o que caracteriza, como política de complementação, majoração de vencimentos em caráter geral. Pleiteia a condenação das requeridas ao pagamento das parcelas atrasadas, a serem apuradas por liquidação, devidamente atualizadas, e acrescidas de juros moratórios, com o devido apostilamento.

Contestação da Fazenda do Estado de São Paulo às fls. 36/44.

Citada (fl. 33), a São Paulo Previdência - SPPREV deixou transcorrer "*in albis*" o prazo para apresentar sua contestação (fl. 60).

Réplica às fls. 47/59.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir outras provas.

O pedido é parcialmente procedente.

O Prêmio de Incentivo foi instituído pela Lei Estadual nº 8.975/94, que

1011413-51.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

assim estabelece:

Art. 1º: Poderá ser concedido, em caráter experimental e transitório, pelo prazo de 12 (doze) meses, Prêmio de Incentivo aos servidores em exercício na Secretaria da Saúde, objetivando o incremento da produtividade e o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados na área da saúde, mediante avaliação dos seguintes fatores: I - integralidade da assistência ministrada; II - grau de resolutividade da assistência ministrada; III - universidade do acesso e igualdade do atendimento; IV - racionalidade dos recursos para manutenção e funcionamento dos serviços; V - crescente melhoria do Sistema Único de Saúde - SUS/SP.

Art. 4º: O Prêmio de Incentivo não se incorporará aos vencimentos ou salários para nenhum efeito, e sobre ele não incidirão vantagens de qualquer natureza, bem como os descontos previdenciários e de assistência médica. Parágrafo único. O valor do Prêmio de Incentivo não será computado no cálculo do décimo terceiro salário a que se refere à Lei Complementar nº 644, de 26 de dezembro de 1989.

Editada a Lei nº 9.185/95, possibilitou-se a prorrogação do benefício para até 30.11.96, mas sem alterar o seu caráter transitório, estendendo-o “aos servidores das autarquias vinculadas à Secretaria da Saúde, desde que não estejam percebendo ou venham a perceber vantagem pecuniária de qualquer natureza ou sob qualquer fundamento, retribuída mediante recursos provenientes do Ministério da Saúde/Sistema Único de Saúde - SUS/SP.” (art. 4º-A).

Finalmente, a vantagem em questão passou a ser concedida por tempo indeterminado, quando do advento da Lei nº 9.463/96, que alterou a Lei instituidora do “Prêmio de Incentivo”, sendo regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.794/97.

E, nos termos do art. 3º, do citado Decreto Estadual, alterado posteriormente pelo Decreto nº 42.955/98, metade do valor do benefício (50%) passou a ser pago indiscriminadamente a todos os servidores da Secretaria da Saúde, conforme se observa:

Art. 3º: O Prêmio de Incentivo será pago mensalmente e terá como composição percentual máxima o que se segue: I - 50% (cinquenta por cento) resultantes da aplicação do disposto no § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.975 de 25 de novembro de 1994 com a redação dada pela Lei nº 9.463 de 19 de dezembro de 1996; II - 20% (vinte por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cento) resultantes da avaliação individual a ser efetuada pela Chefia imediata do servidor;
 III - 30% (trinta por cento) resultantes da avaliação institucional, a ser efetuada pela Comissão a que se refere o artigo 9º deste decreto.

Parágrafo único. A atribuição dos percentuais previstos nos incisos II e III variará de acordo com os critérios que venham a ser fixados nos termos do artigo 7º deste decreto."

Portanto, se na época da instituição do Prêmio de Incentivo o seu caráter era nitidamente eventual e transitório, a partir da publicação do Decreto Estadual nº 41.794/97, 50% do valor do Prêmio de Incentivo (parte fixa) assumiu caráter geral, devendo compor a base de cálculo do adicional por tempo de serviço, da sexta parte, do 13º salário e do adicional de férias.

Por outro lado, o tema foi pacificado por meio do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Tema 07, Processo Paradigma nº 0056229-24.2016.8.26.0000 já resolvido pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Prêmio de Incentivo. Leis Estaduais nº 8975/94, 9185/95 e 9463/96 e Decreto nº 41794/07. Tese firmada: **Inclusão de 50% do valor do prêmio de incentivo no cálculo do 13º salário, férias, terço constitucional de férias, quinquênio e sexta-parte. Possibilidade.** Vantagem de caráter permanente, que integra a remuneração do servidor - Aplicação no caso concreto: Sentença de procedência parcialmente reformada Reexame necessário e recurso voluntário parcialmente providos"(IRDR nº 0056229-24.2016.8.26.0000, Relator Desembargador Moreira Carvalho, Turma Especial de Direito Público do E. TJSP, por maioria, julgado em 10 de novembro de 2017).

Já a outra metade do Prêmio Incentivo expressa vantagem *pro labore faciendo*, sem caráter de generalidade, na medida em que tal verba pecuniária foi instituída com o objetivo de premiar os servidores que apresentem bom desempenho nas avaliações individual e coletiva.

Dessa forma, somente 50% do valor pago do Prêmio Incentivo (parte fixa) deve incidir sobre os adicionais temporais (quinquênio e sexta parte), bem como sobre o terço de férias e o décimo terceiro salário, em razão do caráter geral assumido pela aludida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vantagem.

Nesse sentido:

"RECURSO DE APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO. Servidores Públicos Estaduais, vinculados à Secretaria de Estado da Saúde - Prêmio de Incentivo Inclusão do décimo terceiro salário, do terço constitucional de férias e do adicional de tempo de serviço quinquênio e sexta parte - em sua base de cálculo. Possibilidade, apenas na parte passível de incorporação - Vantagem que nos termos das Leis Estaduais nº 9185/95 e nº 9463/96 se incorpora na porção de 50% (cinquenta por cento) - Possibilidade de recebimento das diferenças, respeitada a prescrição quinquenal - Juros moratórios e atualização monetária - Lei nº 11.960/09 - Aplicação até 25.03.2015, em função do julgamento, pelo STF, das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4.357 e nº 4.425 - Sentença mantida, com observação - Recursos não providos.(TJSP, 1ª Câmara de Direito Público, Rel. Des.Marcos Pimentel Tamássia, Apelação nº 1011552-58.2015.8.26.0053, j. 21/03/2017)".

"SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL PRÊMIO DE INCENTIVO BASE DE CÁLCULO QUINQUÊNIO, SEXTA-PARTE, 13º SALÁRIO E 1/3 DE FÉRIAS. O Prêmio de Incentivo(Lei nº 8.975/94) é vantagem pecuniária concedida indiscriminadamente, em seu grau mínimo (50%), a todos os servidores vinculados à Secretaria de Saúde do Estado, devendo ser metade dele incluído na base de cálculo do quinquênio, da sexta-parte, do 13º salário e do terço de férias. Pretensão procedente. Reexame necessário, considerado interposto, acolhido em parte. Recurso provido, em parte. (Apelação nº 0803232-54.2012.8.26.0361, 9ª C. de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Décio Notarangeli, J. 31/03/2016)".

Portanto, o pedido merece parcial acolhimento.

Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para condenar as requeridas na obrigação de fazer, consistente em incluir a parcela de 50% do Prêmio de Incentivo, na base de cálculo do adicional por tempo de serviço (quinquênio), apostilando-se. Condeno, ainda, as requerida ao pagamento das diferenças no pagamento, a serem apuradas em fase



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de cumprimento de sentença, respeitado o lapso prescricional de 5 anos.

Os valores serão atualizados pela Tabela Prática do E. Tribunal de Justiça de São Paulo - Fazenda Pública, com correção monetária desde a data em que cada pagamento deveria ter sido efetuado (STJ-Corte Especial ED no REsp 28.819 Min. Hélio Mosimann, j. 9.3.97, DJU 11.598) e juros moratórios contados da citação segundo os índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança, conforme determina o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09.

Em razão da sucumbência mínima da parte autora, as requeridas arcarão com as despesas processuais, na forma da lei, bem como com honorários advocatícios, que fixo no mínimo legal (10% na primeira faixa de valores), nos termos do artigo 85, § 3º, do Código de Processo Civil, sobre o valor atualizado a ser apurado em cumprimento de sentença.

Reconhece-se o caráter alimentar para fins de precatório/RPV.

P.I.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**